

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO DE
DESENVOLVIMENTO URBANO
AO PROJETO DE LEI Nº 4.749, DE 2009**

(E a seu apenso: PL nº 243/2011)

Altera o prazo de responsabilidade do
empreiteiro pela solidez e segurança de
edifícios e outras construções
consideráveis.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o prazo de responsabilidade o
empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções
consideráveis.

Art. 2º O *caput* do art. 618 da Lei nº 10.406, de 10
de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios
ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de
materiais e execução responderá durante o prazo
irredutível de:*

*I – dez anos, por vícios ou defeitos na estrutura ou
na fundação da obra, que comprometam diretamente a
resistência mecânica ou a estabilidade da construção,
assim em razão dos materiais como do solo;*

*II – três anos, por vícios ou defeitos dos elementos
construtivos ou das instalações, que impliquem
desatendimento aos requisitos de habitabilidade
tecnicamente estabelecidos;*

*III – um ano, por vícios ou defeitos de execução que
afetem os elementos de acabamento da obra.*

Parágrafo único.
(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 2015

Deputado JULIO LOPES
Presidente